



ECONOMIA SOLIDÁRIA E A EFETIVAÇÃO DOS PRINCÍPIOS DO COOPERATIVISMO EM UMA ASSOCIAÇÃO

SOLIDARY ECONOMY AND THE EFFECTIVENESS OF THE PRINCIPLES OF COOPERATIVISM IN AN ASSOCIATION

Mara Aparecida Barnaski Fagundes¹; Nelson José Thesing²; Jorge Oneide Sausen³

Projeto de pesquisa desenvolvido na Unijuí; trabalho da disciplina Cooperativismo, Economia da Cooperação e Desenvolvimento.

¹ Bolsista PROSUC/CAPES; Mestranda em Desenvolvimento Regional pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Especialista em Marketing pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Bacharel em Administração pela Universidade de Cruz Alta.

¹ Doutor em Integração Regional pela Universidade Federal de Pelotas; Especialista em Administração pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul; Licenciado em Filosofia pela Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul.

¹ Pós-Doutor em Administração pela Fundação Getúlio Vargas; Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina; Mestre em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Bacharel em Administração pela Universidade Regional do Estado do Rio Grande do Sul.

RESUMO

A pesquisa busca compreender o processo de efetivação dos princípios cooperativistas, em uma associação, de economia social, que integra a Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais, na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Para verificar essa experiência, o estudo conta com a abordagem qualitativa, de natureza descritiva, um olhar especial, pelas fundamentações teóricas, enquanto lentes para compreender as práticas associativas, suas contribuições na construção dos Princípios de Cooperação, no processo de geração de trabalho e renda. Os achados da pesquisa evidenciaram as relações de cooperação, entre a universidade, como articuladora do desenvolvimento dos Princípios do Cooperativismo, em uma relação simbiótica com a associação, para efetivar as práticas associativas, em harmonia com o meio ambiente, na consolidação da economia solidária, como um exercício comunitário qualificado, na busca do desenvolvimento sustentável na sociedade.

Palavras-chave: Princípios do Cooperativismo. Inclusão Social. Meio Ambiente.

ABSTRACT

The research seeks to understand the process of effecting the cooperative principles, in an association, of social economy, which integrates the Incubator and Technological Accelerator of Social Business, in the Northwest region of the State of Rio Grande do Sul. To verify this experience, the study tells with a qualitative approach, of a descriptive nature, a special look, by the theoretical foundations, as lenses to understand associative practices, their contributions in the construction of the Principles of Cooperation, in the process of generating



work and income. The research findings showed the cooperation relations between the university as an articulator of the development of the Principles of Cooperativism, in a symbiotic relationship with the association, to effect the associative practices, in harmony with the environment, in the consolidation of the solidary economy, as a qualified community exercise, in the pursuit of sustainable development in society.

Keywords: Principles of Cooperativism. Social inclusion. Environment.

INTRODUÇÃO

Os movimentos socioeconômicos apresentam alta complexidade nas mais diversas áreas de pesquisa, nas atuações das instituições, organizações e comunidades. Assim, para compreender esses desafios estruturais e interconectados no processo da globalização, faz-se necessário compreender os dilemas das organizações, de forma especial, as demandas necessárias para o desenvolvimento da sustentabilidade, para além, da sobrevivência dos mais necessitados, desafiando as Instituições de Ensino Superior (IES), a posicionam-se de forma ativa e participativa nos processos de desenvolvimento das localidades onde estão inseridas. Significa a busca para além do lucro das organizações, para assim elevar a qualidade de vida da sociedade.

Portanto, a universidade pode ser entendida como um espaço para estimular o empreendedorismo, um ambiente que assume desafios de renovação, de inovação em todos os níveis (ETZKOWITZ, 2003). No entanto, as inovações geradas no ambiente acadêmico devem beneficiar a sociedade, ao produzir conhecimentos, em um espírito de cooperação com as empresas, meio ambiente, sociedade e as governanças locais (GRUNDEL; DAHLSTROM, 2016).

Esse processo permite desenvolver um modelo circular do conhecimento e do desenvolvimento, identificado por Carayannis, Thorsten e Campbell, (2012), como hélice quádrupla, onde o movimento circular seria representado por cinco hélices, que enfocam a transformação do conhecimento científico-tecnológico em riqueza socioeconômica e socioecológica em ambientes naturais, a partir das lideranças locais, que podem contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovador de comunidades e pessoas (RODRIGUES; CARVALHO, 2014; PEREIRA; RODRIGUES; OLIVEIRA, 2015).

Diante da crescente discussão entre o papel das universidades empreendedoras, estimuladas pelo modelo de hélice quádrupla, emergem dois aspectos, por vezes ignorados no processo de desenvolvimento local, na produção das inovações, que são as questões relacionadas à exclusão social e a preservação ambiental. Quanto à primeira questão, muitas são as tentativas de atenuar suas causas, principalmente em um país continental como o Brasil. Incentivos fiscais, políticos e medidas assistencialistas, buscam alternativas, para que os grupos que vivem às margens do sistema societário e que não possuem os mesmos direitos básicos de uma parcela significativa da população, tenham condições de subsistência, e uma garantia, mesmo que lenta de mudarem suas condições econômicas. Já na segunda questão, o modelo societário, preconizado por uma produção crescente e o consumo de massa, fez com que surgisse uma supervalorização de outras formas de produção, como a indústria de



embalagens e a indústria do plástico. Neste sentido, as inovações e tecnologias implantadas no uso frequente desses materiais gerou uma sobrecarga em nosso planeta, causando impactos ambientais irreversíveis e condicionantes de soluções governamentais para garantir a vida em nosso globo.

Muitos desses caminhos igualitários tanto social como ambiental, buscam sua operacionalização por meio de empreendimentos articulados pela Economia Social e o Associativismo. A Economia Social ou Economia Solidária emerge como uma possibilidade de geração de renda, inserção e mudança social (BARRETOS; LOPES; PAULA, 2011). Dessa forma se baseia na ideia de que os benefícios da atividade econômica devem estar ao alcance daqueles que a realizam, ou seja, dos trabalhadores (ALVES *et al.*; 2016). Em contrapartida o Associativismo se estabelece como um estreitamento de laços e aproximação de objetivos e metas compartilhadas pelos sujeitos em processos amplos e articulados de relações de trabalho, promovendo com isso o fortalecimento dos grupos que coletivamente se organizam (LIMA; SILVA, 2020). Tais conceitos foram fortalecidos pelas articulações universitárias e sindicais, e atualmente busca criar outras sinergias com outros movimentos e fenômenos de cunho social.

Trabalhos com esse enfoque elencam o grande papel da responsabilidade social das universidades. Moretto Neto, Garrido e Justen (2011) buscaram com seu trabalho uma proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais, os autores buscaram caracterizar a atividade da Universidade Federal de Santa Catarina na região de Canoinhas e sua relação com os programas sociais do governo federal, na transferência de fomentos para a incubadora social da universidade. O trabalho de Silva e Lazzareschi (2010) analisou as representações simbólicas das incubadoras de empresas do Estado de Minas Gerais, relativas ao papel social por elas desempenhado, ao viabilizarem novas formas de obtenção de trabalho e renda e novos empreendimentos. A pesquisa de Fonseca, Souza e Jabbour (2010) buscou elucidar os potenciais e as possibilidades de as incubadoras de empresas serem tratadas como instrumentos de políticas públicas para a promoção de práticas ambientais nas empresas a elas vinculadas.

Outro trabalho muito relevante na literatura é o de Ortigara (2011), os autores destacam que as incubadoras vinculadas as universidades tornaram-se um fenômeno onipresente em muitos países e são vistas como importantes para promover a geração e o desenvolvimento empresarial no Brasil, principalmente entre as camadas necessitadas do assistencialismo governamental, como uma oportunidade de desenvolvimento e renda. Por fim o trabalho de Andrade (2005) realiza uma discussão acerca das articulações possíveis entre as ciências sociais e a problemática da distribuição de renda brasileira, principalmente no que tange ao acesso as inovações.

Desta forma, uma ressalva interessante, foi o fato que ao buscar trabalhos semelhantes e brasileiros nas bases de dados, observou-se que trabalhos neste enfoque foram poucos nos últimos anos, as produções mais importantes estão delimitadas no tempo, portanto demonstra a importância de estudar a temática. Diante do que foi exposto surge o respectivo questionamento: “Como o processo de desenvolvimento local pode ser estimulado pela universidade à luz do associativismo e da economia social?” Sendo assim, esse trabalho traz como objetivo analisar o processo de desenvolvimento local estimulado pela universidade à luz do Associativismo e da Economia Social, buscando caracterizar e descrever os empreendimentos e a incubadora e aceleradora tecnológica de negócios sociais de uma



instituição comunitária de ensino superior; analisar a presença dos princípios associativistas nos empreendimentos pesquisados; e analisar a relação entre o Associativismo e a Economia Social como influenciadores de desenvolvimento local no empreendimento pesquisado.

Sendo assim o trabalho está dividido da seguinte maneira: a) revisão da literatura: abrangendo os Pressupostos da Economia Social e os conceitos teóricos do Associativismo e do Cooperativismo; b) metodologia: deslindando os caminhos da pesquisa; c) análise dos resultados: que contextualiza o caso da Incubadora de Empreendimentos Sociais da Universidade de Cruz Alta. E por fim, a discussão e as considerações finais do trabalho.

PRESSUPOSTOS DA ECONOMIA SOCIAL

A Economia Social é uma ideia em movimento, sua elaboração e socialização foram especialmente intensas na segunda metade do século XIX, ainda que os precedentes sejam mais remotos a Economia Social afirmou-se como ideia nova (NAMORADO, 2014). Estimulado pela miséria que atingiu as sociedades industriais e animada pelas adesões e esperanças que despertou no movimento operário sindical. Sendo assim as necessidades e filiações comuns tecidas nos espaços e tempos do trabalho impulsionaram a criação de organizações diversas, voluntárias e que buscavam intensa cooperação, estas organizações traziam em comum o espírito de associação para fins de solidariedade (NAMORADO, 2014).

Deste modo, esta tradição associativa declarava para as empresas sociais o modelo de organização mais adequado às vantagens competitivas da Economia Social de mercado, amplamente adotada no pós-segunda guerra. Portanto ao adotar o mercado como garantidor da Economia Social, a teoria não abandona a ideia de transformação social, mas atribui essa transformação a economia de mercado, intervindo na produção capitalista, e garantindo mudança significativa das classes trabalhadoras (GRAÇA; CORREA, 2016).

Uma gama significativa da literatura sugere uma relação de interdependência entre a Economia Social e o capital social, e que ambas as abordagens possuem impacto sobre o desenvolvimento local e regional quando elencadas com um aumento da educação das pessoas e a adoção de inovações ou negócios tecnológicos preconizados em universidades ou grandes empresas. A atuação da sociedade civil (das pessoas) é um poderoso campo magnético que alinha as condições socioeconômicas (PUTNAM, 1993), e quanto mais investimentos em educar as pessoas mais alinhadas essas relações se tornam.

Desta forma fica evidente que a organização social, a confiança e as redes intersociais, podem melhorar a eficiência da sociedade, facilitando ações coordenadas (PUTNAM, 1993). Infelizmente, esta definição mistura três conceitos distintos: os sentimentos do cidadão sobre a confiança em outros membros da sociedade, normas sociais de apoio à cooperação e redes de engajamento social (WHITELEY, 2000). Portanto conciliar estes conceitos exige um agente regulador que auxilie a população (principalmente as mais vulneráveis) a cooperarem entre si e fortalecerem suas comunidades, princípio básico da Economia Social. Um desses agentes de mudança são as universidades comunitárias ou como afirmou Etzkowitz (2003) as universidades empreendedoras.

Desta maneira a ação regulatória da universidade sobre a Economia Social tem influência direta no desenvolvimento de localidades porque “ensina” os atores ali inseridos resolver problemas de forma coletiva (OSTROM; GARDNER; WALKER, 1994). Em



associações egressas de comunidades carentes, por exemplo, a universidade pode auxiliar na alocação de recursos ou lidar com uma gama de problemas sociais básicos, como falta de saneamento, violência e analfabetismo, disseminando nessas comunidades um sentimento de confiança em si e na sociedade.

Modelos de negócios com este enfoque deu-se na Espanha na década de 80, onde a universidade tornou-se garantidora de Economia Social, emergiram em sociedades anônimas laborais, negócios com estruturação semelhante às cooperativas, a lógica era muito próxima do cooperativismo, mas que não eram cooperativas e (NAMORADO, 2014), que estavam alocadas em aglomerados de empresas universitárias, mas seu cunho não era a produção e transferência de tecnologias. Desta forma era necessário, com certa urgência, de uma nova categoria de gestão que transcendesse o universo cooperativo, reaparecendo com destaque a Economia Social para a criação de um modelo de gestão para esses negócios. Desde então, concluiu-se que, em diversos países, as políticas públicas de segurança social, educação e saúde foram muito estimuladas por iniciativas dessas organizações associativas, que nasceram nas universidades, em benefício de grupos sociais particulares, reunidos numa base profissional ou territorial (GRAÇA; CORREA, 2016). A esses empreendimentos bases elenca-se o nome de incubadora de empreendimentos sociais e sua operacionalização prática é possível ao configurar essas relações em todos os níveis por intermédio da hélice quártupla.

De uma forma geral, a complexidade do momento atual tem exigido das organizações, uma prática de gestão mais profissionalizada para enfrentar os desafios que o mercado lhes impõe, como também uma maior cobrança em termos de efetividade das ações no âmbito das responsabilidades dessas organizações na sociedade, no que tange à legitimidade enquanto comprometidas com os objetivos do desenvolvimento das suas regiões de inserção e o meio ambiente (SAUSEN; PATIAS; FABRIZIO, 2012). Sendo assim os atuais debates teóricos sobre o campo da Economia Social e solidária evidenciam a intenção institucional de fixar esse conceito aglutinador, seja na investigação universitária, seja ao nível das políticas públicas e até mesmo nas organizações onde o lucro deve ser prioritário (GRAÇA; CORREA, 2016).

Nesta lógica uma conceituação de suma importância de Economia Social é a de Gaiger (2009) que afirma que a Economia Social se opõe às tendências de redução da economia de mercado e a acumulação das empresas privadas. Desta forma estaria voltada a construção de regimes de bem-estar social, mas o mesmo autor considera que somente essa lógica levou a Economia Social a apresentar sinais de declínio principalmente quando a classe trabalhadora se rendeu ao poder do Mercado-Estado para garantir sua subsistência.

Já na visão de Singer e Souza (2000) a Economia Social é referida como um marco das relações comunitárias locais e mostra-se como um movimento social. De forma geral, a Economia Social não é uma alternativa somente para os pobres e excluídos, mas proporciona avanços em diversos domínios e contextos, e envolve de maneira responsável amplos segmentos da sociedade, dado o modo, a importância das novas formas empreendedoras dos negócios sociais, fomentado principalmente pelas universidades empreendedoras. Essa nova economia se propõe a recuperar socialmente o que o progresso tecnológico proporcionou e excluiu em determinadas situações (CATTANI, 2003). Desta forma estes empreendimentos buscam sua estruturação nos princípios associativistas e cooperativistas e estão pautados em um processo de mudança que vai além do lucro utilitário. Sendo assim, a próxima seção da pesquisa aborda os conceitos teóricos do Associativismo e do Cooperativismo.



CONCEITOS TEÓRICOS DO ASSOCIATIVISMO E DO COOPERATIVISMO

Sobre a égide da Economia Social o Cooperativismo nasce como alternativa e ideia de combate aos determinantes do capitalismo (individualismo, competitividade, divisão do trabalho e gestão centralizada) que começavam a se desenhar após uma radical transição pela qual a sociedade passava no período da Revolução Industrial (SCHALLENBERGER, 2003). O movimento Associativista e Cooperativista pode ser apontado como uma necessidade de resistência aos sistemas instaurados, configurando-se como uma estratégia de sobrevivência, readaptação e construção de outras relações, até mesmo de outras formas econômicas (LIMA, 2015).

Sendo assim, os propósitos do Associativismo e do Cooperativismo estão interligados, e um pode ser condição para que o outro se organize e se estabeleça. O Associativismo se configura como um processo de aproximação de ideais e pontos de vista diversos, mais relacionado à união de indivíduos em detrimento de uma causa (movimentos sociais), e define-se como estratégia para o fortalecimento dos laços sociais de determinado lugar, com potencial de transformação da realidade em que protagoniza (LIMA; SILVA, 2020). Já o cooperativismo pode ser conceituado como doutrina econômica que sustenta a associação livre e autônoma de pessoas, que se organizam em volta de um interesse comum, para promover solidariamente a realização de suas aspirações e a satisfação das necessidades de cada um, à medida que os objetivos e as necessidades de todos vão sendo alcançados. É um sistema de organização socioeconômica fundamentado nos princípios da adesão livre e voluntária, da gestão democrática e solidária, da participação responsável, da limitação de quotas-partes do capital de cada associado, da distribuição equitativa dos resultados, da honestidade e da confiabilidade, da transparência e da ajuda mútua (SCHALLENBERGER, 2003).

As diferenças estruturantes dos dois conceitos foram moldadas com o tempo e a evolução da sociedade, conforme afirmaram Lima e Silva (2020) o Associativismo se articula em torno de uma atividade social, e o Cooperativismo se propõe a fortalecer atividades produtivas, de teor fundamentalmente econômico. Exemplos práticos dessa afirmação encontram sua operacionalização quando nos deparamos com Associações de Pais e Amigos (por exemplo) e Cooperativas de Crédito. Deste modo a associação é uma sociedade sem fins lucrativos, que tem como objetivo a implementação e defesa dos interesses dos seus associados, bem como, incentivar a melhoria técnica, profissional e cultural dos seus integrantes. Já a cooperativa, é uma sociedade civil/comercial sem fins lucrativos, mas que viabiliza e desenvolve as atividades produtivas dos seus associados, armazena e comercializa, além de dar assistência técnica e educacional aos seus associados (MUMIC; AGUIAR; LIVRAMENTO; 2015).

Diferentemente do Cooperativismo, onde há uma divisão de lucros entre todos os membros, o Associativismo não possui finalidade lucrativa, desta forma o patrimônio é constituído pela contribuição ou produtividade dos associados, por doações, por subvenções, etc., outra característica é que os fins da associação podem ser alterados livremente em assembleia e constituem entidades de direito privado, com CNPJ. Neste interim tanto as universidades, como as associações, enquanto expressões da face pública dos integrantes das comunidades, sempre contribuíram para o processo de cidadania e da elevação da autoestima



das pessoas. A cidadania implicava em transformar as pessoas em associados onde o bem do todo era prioridade (SCHALLENBERGER, 2003).

Desta forma uma universidade é capaz de ao mesmo tempo dominar as técnicas e gerar novos conhecimentos nas várias áreas do saber e ser capaz de transmiti-los de forma eficaz à sociedade (REIDI, 2004). Nesse contexto, as universidades desempenham um papel de agentes, buscando solucionar ou amenizar situações de diversas áreas e segmentos da sociedade, desde questões relacionadas ao meio ambiente e problemas econômicos e sociais que excluem um contingente populacional elevado, formando e fomentando associações com cunho social. Portanto é importante salientar que a dinamização da hélice quártupla (embora ainda como abordagem) representa um modelo entre teoria e prática oferecido à sociedade para compreender a ligação entre conhecimentos, a fim de promover um desenvolvimento duradouro, preconizado pela universidade e sua comunidade (CARAYANNIS; THORSTEN; CAMPBELL, 2012).

Muitas associações encontraram nas incubadoras de negócios uma forma de desenvolverem-se como empresas com a ajuda das universidades, levando em consideração o modelo quártuplo, mas integrar a sociedade e o meio ambiente só é realmente possível quando as universidades elencam o poder da incubação com empreendimentos sociais e ambientais, um desses empreendimentos são as Associações de Recicladores (ou catadores) espalhadas em diversas unidades do nosso país. Tais Associações quando bem planejadas e executadas geram desenvolvimento sustentável em todos os níveis, além disso, reciclar embalagens de produtos pós-consumo, reduz significativamente a extração de recursos da natureza. Esse processo proporciona economia de água e energia, o que possibilita diminuir a emissão de gases causadores do efeito estufa (BEHRENDTS, 2011).

Sendo assim para Behrends (2011), o hábito do descarte sem a devida preocupação com o meio ambiente, pode gerar problemas também para a saúde pública. Em complemento, a importância da utilização dos recursos naturais de maneira sustentável, com a valorização do material reciclável, evita a contaminação e degradação de áreas (BRASIL, 2008). Face as evidências do tema, entender estas Associações de dentro para fora é de suma importância, pois muito mais que gerar economia e preservação ambiental, a qualidade de vida e a valorização do sujeito encontram-se nas entrelinhas dessas Associações nascentes de iniciativas da população em parceria com universidades.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos da pesquisa contam com uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, tendo como lócus a incubadora e uma associação, que indica um estudo de campo, que para Gil (2008), busca o aprofundamento de uma realidade específica, pela observação direta nas atividades pelos trabalhadores, pelas entrevistas para identificar a realidade do processo associativo, com forte influências dos princípios cooperativistas. Esse processo aponta a necessidade de compreender a realidade dos recicladores, organizados em uma associação, com a finalidade da coleta seletiva, que conta com o apoio de uma Instituição de Ensino superior, tendo suas ações operativas materializadas pela Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais.

Em tendo presente esse complexo campos de organização, Associação, Incubadora, Universidade a pesquisa uma descrição e interpretação deste fenômeno, ao contar com a



pesquisa semiestruturada, a observação e levantamento de dados, que no entender de Rampazzo (2010), fortalece a investigação. Já para Berni e Fernandes (2012), pela observação livre dos fenômenos, o estudo auxilia pelo processo indutivo, apontar de proposições mais gerais.

Em relação a abordagem qualitativa, Richardson (1989), indica a possibilidade de descrever problemas complexos, analisar a interação de variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, para contribuir no processo de mudança e compreender particularidades de comportamento de indivíduos. Nesta direção, Creswell (2010), complementa, indicando o planejamento de procedimentos qualitativos pré-elaborado que permitem o uso de métodos amplos e versáteis para este processo de investigação.

Assim, a coleta de dados foi realizada o presente estudo, conta com uma pesquisa semiestruturada, para compreender as percepções dos entrevistados sobre os princípios do cooperativismo e a organização associativa na economia social. Os participantes da pesquisa são os atores representativos da Associação, ou seja, a Diretoria, para além o gestor da Incubadora, totalizando 11 entrevistas. O período da pesquisa foi de 05 de janeiro a 05 de fevereiro de 2021.

Por fim, após a coleta dos dados, o material foi organizado pela equipe de pesquisa e transcrito na íntegra para manter a ética e a fidedignidade dos resultados, o que resultou em quarenta e oito páginas de transcrições, que receberam a análise dos resultados, com as orientações da análise de conteúdo da Bardan (2011), para compreender e auxiliar o trabalho da Associação, da Incubadora, da Universidade, especialmente a importância dos princípios cooperativistas presente neste fenômeno. Ainda, para Minayo (2001, p. 14), a presença da pesquisa qualitativa “[...]trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, de processos e fenômenos que não se reduzem à operacionalização de variáveis”, extremamente importante para compreender a presença dos princípios do cooperativismo nas práticas associativas.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Buscar a compreensão do trabalho da Universidade, da Incubadora e da Associação, é antes de mais nada, um desafio, por ser esse a manifestação de um fenômeno recente, em 2015, com possibilidade de mitigar as desigualdades sociais, na comunidade. Esse processo formalizou uma parceria com o poder público local, surgindo a Inatecsocial (Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais).

Portanto, se afirma um projeto social, com da Universidade, ao contar com a presença do curso de Serviço Social, seguindo os princípios da Economia Social, com um especial para a formação da Profissão Catador, a coleta seletiva no município. Essa trajetória está sintetizada na fala da gestora da Inatecsocial:

A Inatecsocial ela iniciou pelo o que eu tenho de conhecimento com projetos de pesquisa pelas professoras que trabalhavam na época no curso de Serviço Social e aí ela foi evoluindo. Em 2015 não tenho bem certa a data, mas posso te confirmar também, ela foi constituída a Inatecsocial pra trabalhar com projetos sociais, então foi a partir disso que foi iniciado um trabalho com a comunidade. Então, teve alguns recursos, a universidade através da Inatecsocial desenvolveu esses projetos sociais, a gente conseguiu alguns recursos de fomento externo, projetos com a Petrobras,



projetos com o Senai, Fundação Banco do Brasil, nós também temos algumas parcerias com prefeituras, então todos esses recursos puderam para fomentar esses projetos dentro da Inatecsocial como uma articuladora (ENTREVISTA 1).

Portanto, a missão da Inatecsocial é fomentar processos e políticas de integração universidade, associação, poder público, sociedade, meio ambiente, possibilitando a formação técnico-científica, ao auxiliar ações sustentáveis, com base nos princípios do cooperativismo, comércio justo e negócios sociais, com vistas à geração de trabalho e renda e à inclusão social. Desta forma a Incubadora vai ao encontro de duas teorias estruturantes onde a Economia Social garante renda e trabalho, pela transformação social, garantindo assim mudança societária de classes menos favorecidas (GRAÇA; CORREA, 2016). A importância da renda e do trabalho, na vida dos recicladores, pode ser percebida na pesquisa semiestruturada “Aqui é muito bom, muito bom porque a gente recebe bastante, até agora está meio pouco por que até resolverem esses contratos com a prefeitura aí, mas a gente tira bem aqui, em torno de R\$1.200, R\$1.300, R\$1.000” (ENTREVISTA 5).

Desta forma fica evidente, que os recicladores demonstram satisfação com seus resultados e tem claro a quantia que ganham, podendo contar com esse dinheiro para manutenção de suas famílias. Esse processo dialoga de certa forma com o processo de incubação da Inatecsocial, ao fomentar empreendimentos para desenvolver projetos através da extensão universitária; ao implantar a política de negociação, criação, gestão e controle de projetos de negócios sociais em processo de formação ou aceleração; ao acompanhar a implantação e o desenvolvimento de projetos e convênios; ao promover a aproximação entre a academia, negócios sociais, economia social e associativismo; ao provocar discussões técnico-científicas sobre sustentabilidade, voltadas às demandas da sociedade e ao contribuir para o cumprimento da função social da universidade.

Além disso, a Inatecsocial atua em 21 municípios da região Noroeste do Rio Grande do Sul, participa na compra dos materiais recicláveis em Passo Fundo, Santa Maria e Porto Alegre. Esse projeto auxilia na conquista do bem-estar social de uma camada social vulnerável, através de suas associações (GRAÇA; CORREA, 2016), principalmente na cidade de Cruz Alta. O que demonstra a articulação da universidade com o movimento associativo, identificado pela entrevista da gestora da Inatecsocial:

Eu acho esses projetos eles fortalecem a Inatecsocial e eles fortalecem a Universidade e isso ela demonstra pra comunidade a seriedade do trabalho que a Universidade faz e a importância que ela tem na sua missão também, então eu acho que esses projetos eles são bem importantes aqui pra Inatec, elas, elas, me faltou a palavra agora, mas a gente consegue, a comunidade consegue visualizar o nosso trabalho enquanto Universidade, enquanto Inatecsocial e isso nos fortalece pra ir em busca de outros projetos”(ENTREVISTA 1).

Portanto, desde a constituição da Inatecsocial, este projeto estimulou a pesquisa, a extensão e a ações universitárias para fortalecer o associativismo dos catadores, na busca de uma melhor qualidade de vida, orientados pelos princípios cooperativistas: Adesão Livre e Voluntária, Gestão Democrática, Participação Econômica dos Associados, Autonomia e Independência, Educação, Formação e Informação, Intercooperação e Interesse pela Comunidade. Estes sete princípios norteiam os processos de participação dos trabalhadores em seus processos associativos, na implementação das atividades da Inatecsocial.



O processo associativo contabiliza a presença de cem famílias, que cultivam a experiências de um trabalho educativo, que se tornam tangível mecanismos que podem levar o local a um nível de desenvolvimento (LIMA; SILVA, 2020). A entrevista demonstra o sentimento pelo local:

A eu gasto aqui mesmo, vou no mercadinho ali, pago o mercadinho, ajudo lá onde eu moro com a minha irmã, eu ajudo ela...agora tô morando com a minha sobrinha então ajudo ela a pagar uma luz pagar uma água...é assim...pago umas prestaçãozinha que a gente tem por fora né... na cidade aqui” (ENTREVISTA 4).

A entrevista indica o sentimento em relação ao local, a busca da valorização do mesmo. Esse entendimento também foi possível identificar na pesquisa em relação Associação de Recicladores de Cruz Alta (ARCA), a iniciativa dos moradores de um bairro carente da cidade, que emergiu da construção de casas populares e um processo de polarização urbana do município, onde uma comunidade vulnerável foi deslocada de uma área degradada para outra, com uma breve garantia de melhoria das condições de vida.

No entanto, esse fenômeno (deslocamento) não auxiliou na melhoria nas condições de moradia, não facilitou o trabalho e renda, passaram a catação de materiais, para a reciclagem. Ao não ter espaço para essa atividade, os moradores buscaram alternativas para as suas questões primordiais e a exemplo da primeira comunidade onde moravam, criaram outra associação de catadores a ARCA, em 2011 e ampliado em 2015, dentro do Projeto Profissão Catador. Assim recebeu o suporte inicial da Universidade. Esse movimento apresenta desafios na organização do associativismo, apontado na entrevista semiestrutura:

E ele precisa ter vontade, mas não hoje não é mais uns quantos, nós temos o caderno com a lista aí sai um daqui aí a gente chama aquele primeiro que tá na lista e basta ter boa vontade por que classificando todo mundo junto ali é ligeirinho tendo boa vontade (ENTREVISTA 10).

Assim, a ARCA busca a democratização de suas decisões, passando a ter um presidente (um líder), bem como um tesoureiro, seguindo as orientações dos princípios cooperativistas, constatado pela entrevista:

Sim tem que decidir é todo mundo ali né eu concordo eu não concordo a maioria vence sempre né sempre é votado e a maioria vence até essa questão amanhã quero trabalhar amanhã não quero trabalhar a maioria tem que concordar daí é isso (ENTREVISTA 9).

Por conseguinte, tem-se presente a importância da Educação, Formação e Informação, um dos mais importantes princípios do cooperativismo, que pelas orientações de Morin (2000, p. 16) "é necessário que todos os que se ocupam da educação constituam a vanguarda ante a incerteza de nossos tempos". Significa, que o processo de formação poderá auxiliar a minimizar as incertezas e uma das incertezas no associativismo e a justa remuneração pelo trabalho. Neste sentido, é possível verificar a presença dos princípios do cooperativismo:

O pagamento é feito assim a gente soma o valor do material né e aí divide por turno,



por que cada por exemplo eu trabalho uma manhã e uma tarde são dois turnos por dia e daí fecha por mês em torno de 20 poucos turnos né daí a gente pega o valor daquele material que deu por exemplo 8 mil real no caso né daí a gente atendeu 170 turnos daí a gente divide pelos 170 turnos daí tu vai dar por exemplo 30 reais né vezes o valor de turno que tu tem no caso se tu tem 21 22 turnos né (ENTREVISTA 6).

Portanto, os princípios do cooperativismo, auxiliam na efetivação da solidariedade, na justa distribuição dos resultados. Esse processo de trabalho associativo, teve como base a realidade presente em um município que apresenta a sazonalidade na coleta do material reciclável, em função das atividades agrícolas, em períodos de safra os trabalhadores buscam uma oportunidade na lavoura, porém, retornam para a Associação, após período das atividades agrícolas. As entrevistas 11 e 3 explicam essas questões pelo ponto de vista dos associados.

Ele tem esse direito...por exemplo ele pode chegar aqui e dizer: o eu não vou mais vir esse mês, só que agora a gente botou uma regra pra se se afastar e voltar na próxima carga ele tem que ter 8 meses de associação daí ele volta se não ele vai lá pro vim da fila e vai ter que esperar abrir uma vaga pra entrar de novo...se não dá muito entre e sai” (ENTREVISTA 11).

Eu era trabalhava com lavoura e motorista de caminhão só que fiquei doente, e eu comecei a tomar remédio aí eu não pude renovar a carteira e não pude mais trabalhar aí ficou difícil o serviço, os patrões acharam melhor eu ir só nas épocas de safra trabalhar” (ENTREVISTA 3).

Um ponto observável é que, enquanto associação de recicladores, os associados compreendem sua importância nos serviços prestados ao meio ambiente e a sociedade. Em todas as falas é constatado que a prática da reciclagem evita a exploração de recursos naturais e permite que eles sejam preservados para que as futuras gerações tenham acesso às condições ambientais e recursos de sobrevivência (BALDISSARELLI, 2009). Nesta direção a entrevista 6 demonstra essa consciência ambiental.

Mas com certeza nós estamos ajudando o meio ambiente não é só a comunidade né o meio ambiente por que isso aí é uma coisa se for descartado no lixo é uma coisa que demora quantos anos pra né um pet uma coisa quantos anos leva pra...nós estamos ajudando o meio ambiente e a comunidade também (ENTREVISTA 6).

Portanto, a ARCA, uma associação de recicladores, que busca a igualdade entre seus sócios, representa a congregação de esforços dos em torno de interesses comuns, que na compreensão de Schallenberger (2003), é um dos caminhos indispensáveis para a conquista da autogestão do associativismo e cooperativismo, na busca da geração do trabalho e renda. Significa, a presença da liberdade de escolha individual e social, identificado no Princípio do Cooperativismo de Livre Adesão, e, a participação efetiva na tomada de decisão, em reuniões, assembleias, para a conquista da eficiência econômica para conseqüentemente, atingir a função social, pela geração de renda, pela prestação de serviço à população (BIALOSKORSKI NETO, 2004).

Assim, ao identificar que o associativismo, enquanto um espaço público, não estatal,



poderá ser um mecanismo, na busca de um desenvolvimento sustentável, uma atitude ética, uma percepção com necessidades coletivas e solidárias, onde “ser humano é viver e atuar em conjunto” no dizer de Thesing (2015, p. 97). Ainda, o autor apresenta que essa força gregária, o esforço coletivo, possibilita a marca de humano, onde a arte de cooperar possa somar em cada um, uma atitude solidária, de partilha, uma busca por melhores dias, para homens e mulheres, em todos os lugares e processos concretos da vida, nos quais o ser humano se realiza no coletivo. Já apontava Frantz (2002, p.61), “ainda por mais distante que o percebamos, vemos no cooperativismo uma possibilidade de poder contribuir com uma nova oportunidade à vida futura em nosso planeta”

Assim, na compreensão de Klaes e Saln (1997), os princípios fundamentais do cooperativismo, estão presentes nas práticas de cooperação, como concepções basilares do movimento associativo/cooperativo. Com destaque a Educação Cooperativista, como um processo permanente de desenvolvimento integral e cooperativo das pessoas, para a geração de conhecimento e de poder, onde as diferenças individuais são importantes para o desenvolvimento do próprio grupo associativo.

É importante lembrar que o movimento cooperativo não é caracterizado pelo egoísmo ou pela obediência cega, não se desejam sócios robotizados como se tivessem passado por uma “lavagem cerebral”. Mas sim, exige-se uma autodisciplina coletiva, oportunizando o crescimento do homem e da mulher em todos os níveis – moral, social, cultural e intelectual – pedindo sugestões e participação. Para tanto, requer-se que o sócio seja educado, em assim não sendo, estará frustrando o movimento cooperativo (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p. 6)

Portanto, o movimento associativo, indica o caminhar da autodisciplina coletiva, com a presença dos princípios cooperativistas, que representam mecanismos de participação igualitária, dos associados, para orientar as relações entre sócios, baseados na transparência, equidade, que sustenta a autodisciplina coletiva, que poderá fundamentar a autogestão da associação.

Por fim, os sete princípios do cooperativismo, são destacados no Guia das Melhores Práticas em Cooperativas (2015, p.18), no entanto, estes princípios foram reelaborados pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), em 1995, como linhas orientadoras para as práticas, dos valores de: democracia, liberdade, equidade, solidariedade e justiça social. O Manual das Melhores Práticas de Governança para Cooperativas (2016, p.16-17-18), descreve os princípios cooperativistas, conforme segue:

I. Adesão Voluntária e Livre: As cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações por sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.

II. Gestão Democrática: As cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões.

III. Participação Econômica dos Membros: Os membros contribuem de forma equitativa para o capital das suas cooperativas e controlam-



na democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente e se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão.

IV. Autonomia e Independência: As cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros.

V. Educação, formação e informação: As cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas.

VI. Interoperação: As cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, por meio das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

VII. Interesse pela Comunidade: As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Assim, a aceitação dos Princípios do Cooperativismo, nas práticas associativas de economia solidária, demonstra a posição de vanguarda, bem como, uma inteligente resposta dessa organização aos desafios enfrentados em sua vitoriosa trajetória de evolução e consolidação, visto que, a associação apresenta características econômicas e sociais e precisam ser eficientes na autogestão para garantir sua continuidade

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo busca compreender a rica experiência associativa, a presença dos princípios cooperativistas, em uma associação de economia social, que faz parte da Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais, de uma Universidade, na região Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, ao realizar uma pesquisa semiestruturada com o quadro de associados, com a gestora, com possibilidade de contribuir na geração do trabalho e renda.

Assim, os achados da pesquisa evidenciaram as relações sinérgicas, entre a universidade, como articuladoras de desenvolvimento dos princípios do cooperativismo, em uma relação simbiótica, para efetivar as práticas associativas, em harmonia com o meio ambiente, o que as diversas correntes teóricas enfatizam, as crescentes discussões em torno dos trabalhadores, ao operar o princípio: Interesse pela Comunidade, a Formação, Educação e Informação, no processo de preservação ambiental.

Tem-se presente que a inclusão social e a preservação ambiental, são desafios indispensáveis ao trabalhar o desenvolvimento de forma integral, em todas as camadas da sociedade, na busca de uma melhoria da qualidade de vida. Nesse processo a presença dos Princípios do Cooperativismo, para fortalecer os princípios da Adesão é Livre e Voluntária, os associados podem entrar e sair da associação, sempre que for pertinente, a Gestão é Democrática, todos os sócios votam e participam das escolhas nas atividades da associação,



das deliberações e dos encaminhamentos da associação, em um processo de igualmente no trabalho. Significa que os sócios, operam em um ambiente de Autônomos e independentes, em uma caminhada de Educação, Formação e Informação, de cooperação entre as associações, com a Incubadora.

Entende-se que o processo de efetivação dos princípios cooperativistas elaborados pelos Pioneiros de Rochdale, em 1844, pode ser entendida como uma orientação da Aliança Cooperativa Internacional (ACI) para efetivar, ao longo da história, as boas práticas de cooperação. A criação de cooperativas/associações brasileiras, permite associar a experiência inglesa, especialmente no Rio Grande do Sul, como matriz inspiradora e doutrinária das práticas e dos princípios cooperativistas.

O desejo de movimentos mais associativistas, vem em contraposição ao individualismo, da competitividade, em busca de alternativas solidárias, possíveis de serem praticadas, ao proporcionar uma consciência socioeconômica de resistência, frente ao agressivo mercado, especialmente nas populações mais necessitadas, que vivem em um ambiente de incertezas de trabalho e renda, de mercado, o que poderá estimular vivências comunitárias mais solidárias.

Como limitações da pesquisa, reside o estudo em uma associação do município, ficando delimitada às percepções de um conjunto maior de associados. Aconselha-se que futuras pesquisas, sejam realizadas nas quatro associações que integram Incubadora e Aceleradora Tecnológica de Negócios Sociais, para compreender as contribuições práticas de cada associação no desenvolvimento local.

Contudo a maior contribuição do estudo está no aspecto social, uma vez que, as práticas do associativismo de economia solidária necessitam do desenvolvimento dos Princípios do Cooperativismo. Nesse sentido, entende-se que o estudo realizado, responde aos objetivos propostos, compreender a importância da presença na prática dos Princípios do Cooperativismo, para estabelecer estratégias organizativas na Incubadora. Conclui-se que, em toda história do associativismo e do cooperativismo, a efetivação dos Princípios do Cooperativismo, é imprescindível na conquista de trabalho e renda, na distribuição equitativa de resultados, nos diferentes sentidos e significados de práticas cooperativas, em um processo, que tem a pretensão de implementar um novo modelo de gestão, na associação, no processo de desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LOBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. A economia solidária no centro das discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n.2, 2016.

ANDRADE, T. Inovação e ciências sociais: em busca de novos referenciais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 58, 2005.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições, 2011.

BARRETO, R. O.; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. A Economia Solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: Reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo, **Anais... XXXV Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro, 2011.

BRASIL. INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL – ISA. **Almanaque Brasil Socioambiental**. São Paulo: Editora ISA, 2008.



- BEHRENDTS, L. R. **O movimento ambientalista como fonte material do direito ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRR – Editora Universitária da PUCRS, 2011.
- BERNI, D. A.; FERNANDEZ, B. P. M. **Métodos e técnicas de pesquisa-modelando as ciências empresariais**. Saraiva, São Paulo, 2012.
- BIALOSKORSKI NETO, S.; SOUZA, J. V. P., GARCIA, L. F. Cooperativas de Leite no Brasil: Estratégias e Tendências. In: CONSOLI, M. A.; NEVES, M. F. (Orgs). **Estratégias para o Leite no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2004.
- CARAYANNIS, E. G.; THORSTEN, B. D.; CAMPBELL, D.FJ. The Quintuple Helix innovation model: global warming as a challenge and driver for innovation. **Journal of Innovation and Entrepreneurship**. Springer: 2012. Disponível em: <https://innovation-entrepreneurship.springeropen.com/articles/10.1186/2192-5372-1->. Acesso: 10 mar. 2021.
- CATTANI, D. A. (Org.). **A Outra Economia**. Porto alegre: Veraz, 2003.
- CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Artmed, Porto Alegre, 2010.
- ETZKOWITZ, H. Innovation in Innovation: The Triple Helix of University-IndustryGovernment Relations. **Social Science Information**, v. 42, n. 3, 2003.
- FONSECA, S. A.; SOUZA, S. B.; JABBOUR, C. J. C. Desafios e oportunidades das incubadoras de empresas para a incorporação de estratégias ambientais. **O&S**, v. 17, n. 53, 2010.
- FRANTZ, W. **Cooperativismo: Perspectivas**. Um lugar de Reencontro com a Vida. Ijuí: UNIJUI, 2002.
- GAIGER, L. I. Antecedentes e expressões atuais da economia solidária. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 84, 2009.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- GRAÇA, E.; CORREIA, A. T. **Cooperação e solidariedade: uma história da Economia Social**. Edições Tinta-da-China: Lisboa, 2016.
- GRUNDEL, I.; DAHLSTROM, M. Quadruple and quintuple helix approach to regional innovation systems in the transformation to a forestry-based bioeconomy. **Journal of the Knowledge Economy**, v. 7, n. 4, 2016.
- IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Guia das Melhores Práticas de Governança para as Cooperativas**. São Paulo: IBGC, 2015.
- LIMA, J. R. O. A propósito das políticas públicas: a economia popular e solidária como uma manifestação de economia política. **Argumentos**, n. 10, 2015.
- LIMA, J. R. O.; SILVA, I. O. Associativismo e cooperativismo como elementos que compõem arranjos estratégicos para o desenvolvimento local. **Caderno de Desenvolvimento**, v. 15, n. 27, 2020.
- OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Manual de Boas Práticas de Governança para Cooperativas**. Brasília. 2016.
- MINAYO, M. C. de S. **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MORETTO NETO, L.; GARRIDO, P. O.; JUSTEN, C. E. Desenvolvendo o aprendizado em gestão social: proposta pedagógica de fomento às incubadoras sociais. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 9, n. 3, 2011.
- MORIN, E. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Título original: La tête bien faite.



- MUMIC, B.; AGUIAR, K. A. P.; LIVRAMENTO, D. E. A importância do associativismo na organização de produtores rurais. **São Sebastião do Paraíso**, v. 5, n.1, dez. 2015.
- NAMORADO, R. A **Economia Social – Uma constelação de esperanças**. Centro de Estudos Sociais: Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Este texto reproduz uma Mesa Redonda sobre A Economia Social e o Terceiro Setor: Delimitação, Estudos e Projetos, promovida pela Rede Europeia Anti-Pobreza / Portugal (REAPN), 2014.
- ORTIGARA, A. A. Análise por agrupamento de fatores de desempenho das incubadoras de empresas. **Revista de Administração e Inovação**, v. 8, n. 1, 2011.
- OSTROM, E.; GARDNER, R.; WALKER, J. **Roles, games, and common-pool resources**. The University of Michigan Press: Library of Congress Cataloging, 1994.
- PEREIRA, R. M; RODRIGUES, M. S.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. O Papel das Agências de Inovação Acadêmicas para o Desenvolvimento Tecnológico. **Revista de Administração da FATEA - RAF**. v. 10, n. 10, 2015.
- PUTNAM, R. **Making Democracy Work: Civic Traditions in Modern Italy**. Princeton NJ: Princeton University Press, 1993.
- RAMPAZZO, L. **Metodologia científica**: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- RIEDI, A. M. C. Universidades empreendedoras - uma análise das universidades pertencentes ao sistema Acafe do estado de Santa Catarina. 2004. 154 f. **Dissertação (Mestrado em Administração)** - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2004.
- RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social**: métodos e pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 1989.
- RODRIGUES, R.C.; CARVALHO, Z.V. O papel da formação e da difusão da cultura da inovação e do empreendedorismo como instrumento para o desenvolvimento da quintupla hélice. XXIII Seminário Nacional de Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. **Anais ...** Belém - PA, 2014.
- SAUSEN, J. O.; PATIAS, I. A.; FABRIZIO, C. M. Mudança e adaptação estratégica no contexto da competitividade e do desenvolvimento regional. **Anais...XXXVI Encontro da ANPAD**, Rio de Janeiro/RJ – 22 a 26 de setembro de 2012.
- SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e desenvolvimento comunitário. **Revista Mediações**, v. 8, n. 2, 2003.
- SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. **Educação e Capacitação Cooperativa**: sua Importância e Aplicação. ESAC Economia Solidária e Ação Cooperativa: Unisinos, 2006.
- SILVA, S. A.; LAZZARESCHI, N. O papel social das incubadoras de empresas de Belo Horizonte: um estudo de caso. 371f. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.
- SINGER, P.; SOUZA, A. R. (Org.). **A Economia Solidária no Brasil**: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000.
- THESING. N. J. **Por um Mundo Melhor**: Cooperação e Desenvolvimento. Sescop/RS. Porto Alegre. 2015.
- WHITELEY, P. F. Economic growth and social capital. **Political Studies**, v. 48, 2000.